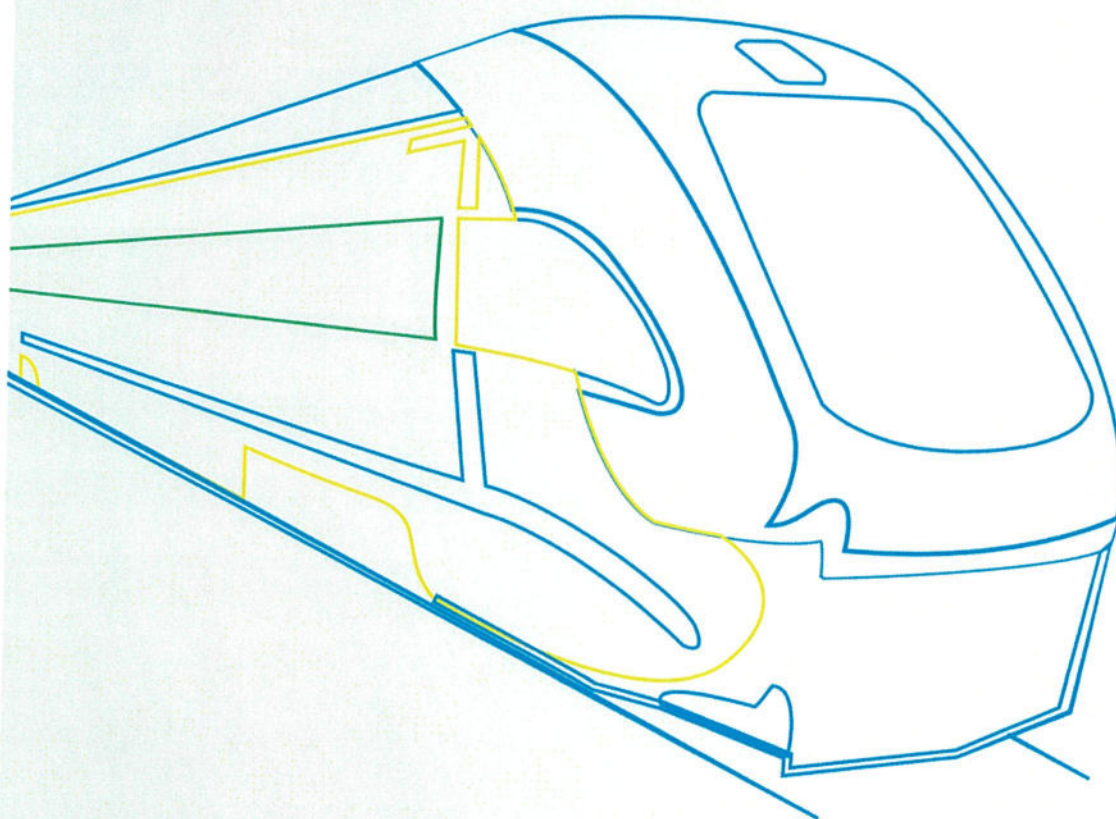


CONTRATO Nº 008-2021/DA

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS**

&

CLARO S/A



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: CLARO S.A.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO (NÃO APLICÁVEL)
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **CLARO S.A.**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº **42.357.483/0001-26**, com sede no endereço SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela **SSP/PE**, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais **PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pelo **SSP/RJ**, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº **40.432.544/0001-47**, com sede na Rua Floripa, nº 1970, Cidade Monções, São Paulo/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua Gerente de Conta **FERNANDA VIEIRA RODRIGUES**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela **IFP/RJ**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº 008/2021-GALIC/P, Processo Administrativo PROT. nº 3062/2021, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de **Serviços de Telefonia Fixa IP e Link Dedicado Protocolo IP com acesso Internet banda larga.**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão às regras contidas no edital da licitação.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhes, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

2.6. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá nos locais definidos no Termo de Referência – ANEXO I deste Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBTU;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para CBTU quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação; e

3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso de a prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a CBTU.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela CBTU da 1ª Ordem de Serviço e o aceite do referido documento pela CONTRATADA.

4.2. Será emitida uma Ordem de Serviço para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. **Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.**

4.4.1. Neste caso a CBTU deverá notificar formalmente a CONTRATADA acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.



5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 108.330,24 (cento e oito mil trezentos e trinta reais e vinte e quatro centavos)**, conforme cronograma físico-financeiro.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até o 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), após o recebimento dos documentos de cobrança no protocolo da **CBTU**, situado na **SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF**, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

6.1.1. **O pagamento dos serviços será efetuado a cada etapa atendida, na forma prevista constante do item 70, do Termo de Referência – Anexo I deste contrato.**

6.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

6.3. Deverá ser apresentada a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.3.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

suspensa, tendo prosseguimento após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.9. No caso de a documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.7 e 6.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2021**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: **15.122.0032.2000.0001**;

7.1.2. Elemento de Despesa: **339040**;

7.1.3. Plano Interno: **A1DETIC06**;

7.1.4. Categoria Econômica: **Custeio**.

7.1.5. Nota de Empenho: **2021NE001866**

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, aplicando-se a variação média do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI).



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

8.1.1. Considera-se proposta final aquela que houver sido adjudicada no procedimento licitatório do qual se originou este contrato.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. Aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. Diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em consta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo o deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.



9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. Prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. Prejuízos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. As multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.2. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo



determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, ou do local da execução dos serviços, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preenchem as condições de idoneidade e de



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da CBTU, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à CBTU.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da CBTU, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da CONTRATADA perante a CBTU, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. Atender as expectativas previstas no Acordo de Nível de Serviços (ANS), previsto no item 15, do Termo de Referência – Anexo I, para aferição dos aspectos qualitativos e quantitativos dos resultados esperados com a contratação.

10.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CBTU;

10.2.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato;

10.2.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da CBTU.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.4. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.4 e 2.5, da Cláusula Segunda deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão deste Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.1.1. Os empregados responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão especialmente designados por ato específico elaborado pela Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

14.2. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC-CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou qualquer outro ato normativo que venha a alterá-la ou substituí-la.

14.3. A **CONTRATADA** deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto deste contrato, no mesmo prazo previsto no subitem 14.1.1.

14.3.1. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela **CBTU** e o representante da **CONTRATADA** serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.

14.3.2. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato

14.3. Para efeito do disposto no item anterior, a fiscalização do contrato deverá observar o atendimento, pela **CONTRATADA**, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato, com o objetivo de acompanhar a qualidade dos serviços prestados durante a execução deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Considerando se tratar de contratação de serviço profissional especializado, previsto no inciso II, do art. 226, do RILC/**CBTU**, o recebimento do objeto se dará apenas de modo definitivo pela gestão do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, do contrato e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

16.1. Nos termos do subitem 12.1, do item 12, do Termo de Referência – Anexo I, deste contrato, **NÃO SERÁ ADMITIDA A POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução do objeto e seus serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

21.2.2. A multa moratória será de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento), a critério da CBTU, sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto e seus serviços, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

21.2.3. Após o décimo quinto dia e a critério da CBTU, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida.

21.2.4. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.3.2. Multa sancionatória de 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2, do item 19.4, do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato;

21.3.3. Multa, limitada a 15% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. **Para efeito de aplicação das sanções, deverão ser observadas as regras previstas no item 55, do Termo de Referência – Anexo I, em especial a tabela constante do ANEXO III do Termo de Referência.**

21.5. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.6. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

21.6.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.6.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.6.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela **CBTU**, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.6.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.7. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.8. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.9. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.10. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, nos termos do artigo 241, parágrafo 1º, do RILC-CBTU.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. No caso de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão unilateral, sem que haja culpa da **CBTU**, deverão ser observadas as seguintes regras:

22.3.1. A **CONTRATADA** deverá continuar executando integralmente este contrato durante o decurso do prazo previsto no subitem 22.2.1, só podendo dar por encerrada a sua execução após liberação formal e escrita da **CBTU**.

22.3.2. A **CONTRATADA** deverá comprovar, em até 15 (quinze) dias da sua solicitação de rescisão unilateral, o recolhimento de 10% (dez por cento) do saldo remanescente deste contrato, a título de ressarcimento, sem prejuízo da regra prevista no item 22.6; e

22.3.3. O Gestor do contrato, auxiliado pelo (s) Fiscal (is), deverá verificar a necessidade de execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CBTU** e, caso o valor da garantia prestada seja insuficiente ou ela não tenha sido exigida, deverá determinar a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos apurados.

22.4. É vedado à **CONTRATADA** invocar a rescisão unilateral para se eximir de responsabilidades decorrentes da inexecução parcial ou total deste Contrato.

22.5. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo **dispensável** observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.6. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.7. A rescisão deste contrato será publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

24.1.1. Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

24.1.1.1. Endereço: SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: contratostic@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone:

24.1.2. Empresa: CLARO S.A.

24.1.2.1. Endereço: Rua FLORIDA, Nº 1970 – CEP: 04565-907.

24.1.2.2. Correio Eletrônico: livia.lima@claro.com.br

24.1.2.3. Telefone: 55 21 2121-7903 – Cel.: 55 21 96842-4384

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da CONTRATADA, datada de 04/04/2021;

25.1.3. Inexigibilidade de Licitação nº 008-2021/GALIC/P; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf.

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá à CBTU providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da CBTU na internet.

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO

28.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato. Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 22 de junho de 2021.

P/ CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:


JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente


PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais


P/ CONTRATADA: CLARO S.A:


FERNANDA VIEIRA RODRIGUES
Gerente de Conta

Testemunhas:

1-

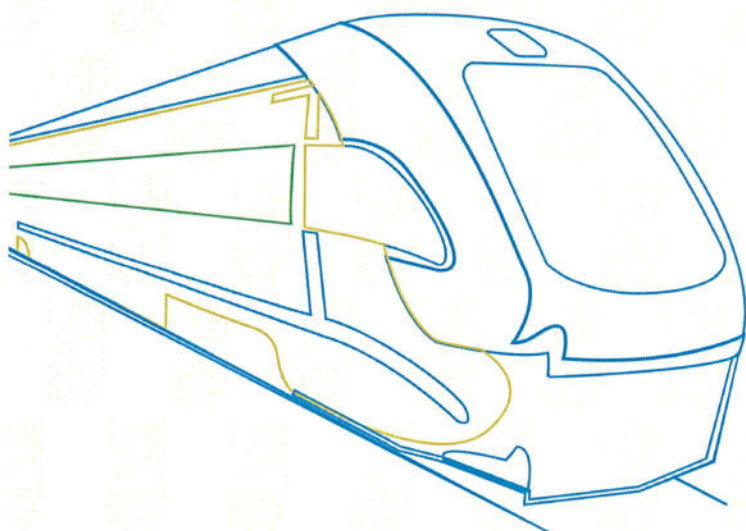
CPF:


Rafael Marques de A. de Souza
CPF nº 118.396
RG nº - Gerente
CBTU

2-

CPF:

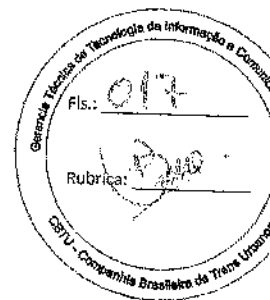
TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Telefonia Fixa IP e Link Dedicado Protocolo IP com acesso Internet banda larga.

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



DA JUSTIFICATIVA ¹

1. O presente documento estabelece as necessidades e as especificações técnicas para a instalação de telefonia fixa comutada (STFC) e link de Internet para o prédio na praça Procópio Ferreira, 86 – Centro - Rio de Janeiro da CBTU. Visa o atendimento à operação das linhas telefônicas e do acesso à internet, proporcionando a comunicação interna e externa da CBTU.

DO OBJETO²

- 1.1. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação e comunicação, ou em telecomunicações, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, para fornecimento e implantação de serviço corporativo de telefonia fixa comutada (STFC) baseado na tecnologia de Voz sobre IP - VoIP (Voice over Internet Protocol), com disponibilização de linhas e aparelhos telefônicos IP, com viabilidade técnica para DDR via central PABX em nuvem, realização de portabilidade da numeração existente e implantação de link de internet banda larga dedicado.

- 1.1.1. 10 aparelhos telefônicos IP com fonte;
- 1.1.2. 10 ramais DDR via Central PABX em nuvem;
- 1.1.3. Pacote de minutos para ligações locais, nacionais e internacionais tarifadas tanto para telefones fixos quanto móveis;
- 1.1.4. Portabilidade dos ramais: 3733 (tronco chave);
- 1.1.5. Instalação, manutenção preventiva e corretiva da solução de telefonia;
- 1.1.6. Link de internet banda larga 90Mb;

2. O objeto da presente contratação contempla os seguintes itens:

Item	Mat./Ser.	Descrição	Und	Qtd.
1	Serviço	Taxa de Instalação	Und	1
2	Serviço	Pacote Básico	Und	10
3	Serviço	Aparelho Telefônico IP com Fonte	Und	10
4	Serviço	Assinatura Ramal DDR	Und	10
5	Serviço	Portabilidade de Ramal	Und	10
6	Serviço	Ligações Locais Fixo-Fixo	Und	2000

¹ Art. 72. § 1º inciso III. justificativa da contratação
² Art. 72. § 1º inciso IV. especificação do objeto

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



7	Serviço	Ligações Locais Fixo-Móvel	Und	1000
8	Serviço	Ligações LDN Fixo-Fixo	Und	1000
9	Serviço	Ligações LDN Fixo-Móvel	Und	500
10	Serviço	Ligações Internacionais FF G1**	Und	12,5
11	Serviço	Ligações Internacionais FF G2**	Und	12,5
12	Serviço	Ligações Internacionais FM G1	Und	12,5
13	Serviço	Ligações Internacionais FM G2	Und	50
14	Serviço	Link de Internet velocidade 90Mb	Und	1

2.1. Listagem de endereços de entrega física e eletrônica:

Identificador	Endereço Física	Entrega	Endereço de Entrega Eletrônico
AC	Praça Ferreira, 86, 3º andar – Centro – Rio de Janeiro	Procópio	contratostic@cbtu.gov.br

AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO³

- 3.** Pacote de facilidades Básicas de PABX, taxa de instalação, pacote básico, aparelho de telefone básico, Relatórios (por linha) e minutagem. Link dedicado de internet com velocidade simétrica de download e upload.

DOS PRAZOS⁴

4. De Vigência:

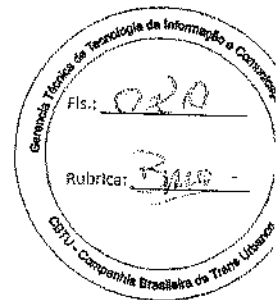
- 4.1.** O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 13.303/16.

5. De Fornecimento e Execução dos Serviços:

³ Art. 72. § 1º inciso II. definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização

⁴ Art. 72. § 1º inciso XIV. prazo de execução

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



- 5.1. O fornecimento englobará toda a mão-de-obra e materiais necessários à sua total instalação incluindo obras civis.
- 5.2. No entendimento de "obras civis", a responsabilidade da CONTRATADA fica limitada ao âmbito externo ao órgão (vias públicas) até viabilizar a entrada do acesso (última-milha) em suas dependências.
- 5.3. Eventuais adequações de infraestrutura (elétrica, climatização, shafts, tubulações, etc...) internas às dependências do órgão serão de responsabilidade da CONTRATANTE.
- 5.4. A responsabilidade de lançamento de cabo vertical (integrar o seu backbone até o CPE) será da CONTRATADA, assim como, a responsabilidade dos cabos horizontais será da CONTRATANTE.
- 5.5. O prazo de fornecimento para instalação dos links, será de, 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da sua Ordem de Inícios dos Fornecimento, a ser emitida pela Unidade Técnica responsável (GETIN).

6. De implantação

- 6.1. A CBTU inspecionará a instalação e fará testes para validação de implantação. Caso algum o serviço, fiscalizado ou testado, deixe de estar de acordo com as especificações, a CBTU poderá rejeitá-lo e a CONTRATADA fará as modificações necessárias para atender às exigências das especificações, sem nenhum ônus para a CBTU.

7. Da Vistoria Prévia

- 7.1. A Proponente poderá visitar e examinar o local da instalação e cercanias, principalmente as externas do prédio devido a condição de ser tombado pelo patrimônio histórico, obtendo para si, sob sua exclusiva responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para a preparação da proposta e assinatura do respectivo contrato. Os custos desta visita correrão por conta da Proponente. A Proponente não poderá alegar ou reivindicar qualquer questão em função da falta da Vistoria Prévia.

DO(S) CRONOGRAMA(S) ⁵

⁵ Art. 72. § 1º inciso VI. cronograma físico-financeiro;

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



8. A tabela abaixo descreve os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação:

Etapa	Descrição	Quando Ocorre?
1	Assinatura do Contrato	Marco inicial para a contagem de prazos.
2	Reunião de Alinhamento de Expectativas (Todos os itens Contratados)	Agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato em até 5 (cinco) dias úteis
3	Implantação	
3.1	Entrega do objeto contratado	30 (trinta) dias úteis após Item 2.
4	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo)	
4.1	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo) dos itens do objeto.	Em até 10 (dez) dias úteis do término das instalações
5	Pagamento dos itens	Até 30 (trinta) dias após a emissão do recebimento definitivo conforme título DO PAGAMENTO deste Termo de Referência.
6	Encerramento do contrato	12 (doze) meses após a assinatura do contrato, ou a pedido da CBTU conforme estabelecido no contrato.
7	Fim do prazo da garantia de execução	90 dias após o Encerramento do Contrato

DA GARANTIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL⁶;

GARANTIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO E DO SERVIÇO

9. Não haverá garantia técnica:

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10. Como garantia das obrigações assumidas, será exigida a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com término 90 (noventa) dias após o término do contrato.

DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESCOLHA DA PROPOSTA ⁷

11. As propostas deverão ser apresentadas conforme o ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO.
12. O critério para a escolha da melhor proposta será:
- 12.1. Menor Preço Global;

⁶ Art. 72. § 1º inciso XII. exigência de quaisquer garantias

⁷ Art. 72. § 1º inciso VIII. critérios de escolha da proposta



DA HABILITAÇÃO TÉCNICA⁸

13. DA CAPACIDADE OPERACIONAL

13.1. Possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

DOS CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES⁹

DO CONSÓRCIO

14. O objeto é caracterizado como **OBJETO COMUM**, ou seja, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

15. O estudo preliminar da contratação definiu a complexidade da contratação como **PEQUENA**;

16. Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da formação de Consórcio, justificada por:

16.1. Não existir evidências de que a competitividade será prejudicada em relação ao cenário em que se admita tal hipótese, pois identificou-se quantidade suficiente de fornecedores na fase de formação de preços que isoladamente tem condições de disputar o certame e executar fielmente o OBJETO.

DA SUBCONTRATAÇÃO

17. Não se identificou parcela que possa ser subcontratada OBJETO;

18. Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da subcontratação DO OBJETO, pois há viabilidade técnica para a execução integral DO OBJETO por parte dos fornecedores;

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES¹⁰

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19. Executar fielmente os serviços e/ou fornecimentos dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como do RILC/CBTU disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf.

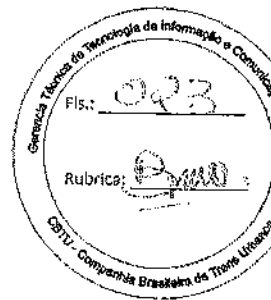
20. Cumprir no prazo de **10 (dez) dias úteis**, com todas as obrigações fixadas no Art. 219, inciso I do RILC/CBTU contados a partir da notificação da CBTU.

⁸ Art. 72. § 1º inciso IX. principais comprovações de qualificação técnica que devem ser exigidas das pessoas interessadas em participar da Licitação

⁹ Art. 72. § 1º inciso XI. possibilidade ou não de formação de consórcios, subcontratação e definição de qual parcela do objeto pode ser subcontratada

¹⁰ Art. 72. § 1º inciso V. responsabilidade das partes

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



21. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelas obrigações fixadas no Art. 219, inciso II do RILC/CBTU.
22. A licitante poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. Art. 237 do RILC/CBTU.
23. Responsabilizar-se, por todos os encargos elencados no do Art. 220, do RILC/CBTU que versa sobre os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
24. Ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela CBTU conforme o Art. 221, do RILC/CBTU.
25. Observar, quando aplicável, as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços discriminadas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG;
26. Dirimir quaisquer dúvidas do objeto com a Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN.
27. Atender prontamente todas as solicitações da CBTU previstas no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência.
28. Comunicar a CBTU, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
29. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega **DO OBJETO**.
30. Manter durante toda execução **DO OBJETO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Art. 222 do RILC/CBTU.
31. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela CBTU, para regularizar a situação, sob pena de rescisão constante no § 1º Art. 222 do RILC/CBTU.
32. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
33. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual e poderá propor a fiscalização, definida pela Administração da CONTRATANTE, o equacionamento do horário das operações, a fim de estabelecer a compatibilização entre as suas necessidades e as da CBTU visando minimizar os transtornos causados durante a execução **DO OBJETO**.

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



34. Apresentar o planejamento executivo dos serviços e/ou fornecimento, contendo dias e horários dos serviços, além da avaliação preliminar de risco (físicos e patrimoniais) das atividades.
35. Apresentar, após o recebimento da ordem de início dos serviços e/ou fornecimentos, a relação de todos os empregados envolvidos na contratação.
36. Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.

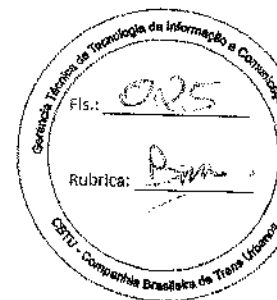
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

37. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência.
38. Permitir acesso do pessoal da empresa CONTRATADA às dependências da CBTU para a entrega **DO OBJETO**, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
39. Receber o material dentro das especificações constantes neste Termo de Referência.
40. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas.
41. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.
42. Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO ¹¹

43. Nos termos do Art. 229 do RILC/CBTU, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN, através dos empregados designados, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.
44. A gestão e fiscalização deste Instrumento Contratual será realizada por empregado a ser indicado pela **Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**.
45. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na **Resolução de Diretoria nº 010/2007**, de 19/12/2007 que trata da Execução de Instrumento Contratual.

¹¹ Art. 72. § 1º Inciso XV. procedimento de gestão e fiscalização



46. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
47. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO ¹²

48. Observado o disposto nos artigos Art. 225 do RILC/CBTU, o recebimento **DO OBJETO** desta contratação será realizado da seguinte forma:
- 48.1. **Provisoriamente**, assim que efetuada a entrega de cada parte do Serviço e/ou fornecimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência, com o intuito de posterior verificação e atesto da conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 48.2. **Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis de cada parte recebida provisoriamente**, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for o caso, com a sua consequente aceitação, **que ficará a cargo do fiscal técnico do contrato.**
49. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto ser recolhido, substituído e reinstalado em conformidade com as especificações, características e exigências contidas neste Termo de Referência.
50. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.
51. A CONTRATADA terá prazo de até **10 (dez) dias úteis** para providenciar a reparação da inconsistência do item, a partir da comunicação oficial feita pela CBTU, sem qualquer custo adicional.
52. Caso a CONTRATADA não cumpra o item anterior, estará incorrendo em atraso na execução do objeto e sujeita à aplicação das sanções previstas no Instrumento Convocatório, no Contrato e neste Termo de Referência.

¹² Art. 72. § 1º inciso VII. condições de recebimento e aceitação do objeto

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

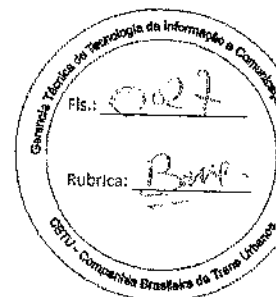


- 53.** O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
- 53.1.** Objeto de acordo com as Especificações Técnicas contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;
- 53.2.** Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- 53.3.** Execução no prazo, local e horários previstos neste Termo de Referência.
- 54.** Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo referente a parcela entregue de cada parte do Serviço e/ou fornecimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência, assinado pelos empregados designados para Gerir e Fiscalizar esta contratação.

DAS PENALIDADES

- 55.** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial **DO OBJETO** aplicam-se, as **sanções administrativas** descritas no RILC/ CBTU em seu CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
- 56.** Todas as inexecuções do contrato (totais ou parciais) serão verificadas mensalmente conforme os parâmetros definidos no ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS e constarão do processo administrativo para gerenciamento da contratação, art. 230 inciso I do RILC/CBTU.
- 57.** Aplicação das sanções administrativas previstas **Item 58** deste Termo de Referência, considerará o somatório registrado no ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS acumuladas conforme descrito no **Item 56** no último mês de execução contratual.
- 58.** Os parâmetros para instauração de processo administrativo sancionador, bem como os percentuais das multas aplicáveis (por grau de relevância das inexecuções) estão definidas na **Tabela 1**.

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



PONTOS REGISTRADOS	SANÇÃO possível:
Pontuação < 1,0	Nenhuma sanção
1,0 ≥ Pontuação < 2,0	Advertência
2,0 ≥ Pontuação < 3,0	Multa correspondente a 5% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
3,0 ≥ Pontuação < 4,0	Multa correspondente a 10% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
4,0 ≥ Pontuação < 5,0	Multa correspondente a 15% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
5,0 ≥ Pontuação < 6,0	Multa correspondente a 20% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
6,0 ≥ Pontuação ≤ 10,0	Multa correspondente a 25% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
Pontuação > 10,0	Possibilidade de rescisão unilateral do Contrato e aplicação da sanção administrativa de "Suspensão Temporária para contratar com a CBTU", a critério da CBTU.

Tabela 1 - Critérios e porcentagens aplicáveis a abertura de processo administrativo sancionador

DO REAJUSTE¹³

- 59.** O valor das parcelas do contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses.
- 60.** Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) do Ministério do Planejamento, instituído por meio da Portaria 424 de 2017, acumulado em 12 (doze) meses, com base na fórmula estipulada pelo Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

¹³ Art. 72. § 1º inciso XIII. critérios para reajustamento, repactuação e/ou revisão contratual

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

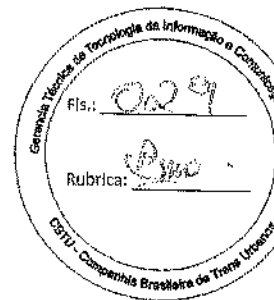


V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

Io = Índice inicial- refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

61. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.
62. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.
63. Nos reajustes subsequentes ao primeiro a anualidade será contada a partir do último reajuste.
64. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo-se ao seguinte:
 - 64.1. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;
 - 64.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual; e
 - 64.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
 - 64.4. A alegação de esquecimento por parte da CONTRATADA quanto ao direito de propor reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo a data a que legalmente faria jus, se não requerer dentro do prazo, responsabilizando-se a mesma pela própria inércia.
 - 64.5. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.



DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

65. Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização da parcela **DO OBJETO** contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
66. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:
- 66.1. Declaração de Opção do Simples Nacional;
 - 66.2. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
 - 66.3. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);
 - 66.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
67. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora:
- 67.1. Em meio físico, no PROTOCOLO da Administração Central, a saber: SAUS (Setor de Autarquias Sul) Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 12º Andar, Brasília-DF, CEP: 70.070-010, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.
 - 67.2. Em meio digital: no Endereço Eletrônico: contratostic@cbtu.gov.br e/ou disponibilizar acesso via internet ao sistema de faturamento para fatura ser baixada em PDF.
68. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
69. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do documento de cobrança no protocolo/endereço eletrônico da CBTU, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

DO PAGAMENTO

70. O pagamento será efetuado, em parcela única, mediante crédito em conta corrente até 30 (trinta) dias após a entrada do documento conforme **Item 65** deste Termo de Referência, caso o atesto do fiscal comprove que o documento de cobrança cumpre com a perfeita realização dos serviços e/ou fornecimentos, bem como a prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



71. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CBTU, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES COM VISTAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Apresentação do Cadastro Específico do INSS (CEI) referente ao serviço, quando for o caso;
- 1.2. Apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) quitada antes do início da execução dos serviços, cujo custo deverá estar incluído no valor dos serviços;
- 1.3. Deverá ser fornecida documentação de toda a implementação e configuração dos produtos adquiridos;
- 1.4. Após no máximo 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, deverá ser realizada reunião nas instalações do CONTRATANTE, com a participação do preposto da CONTRATADA e os representantes da Administração, com o objetivo de elaborar o plano de implantação;
 - 1.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação do órgão, o plano detalhado de implantação, especificando o cronograma e os procedimentos a serem adotados;
 - 1.4.1.1. A CONTRATADA será responsável por elaborar e entregar o plano detalhado de implantação dos equipamentos em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da reunião inicial;
 - 1.4.1.2. O CONTRATANTE fará análise e validação do plano detalhado de implantação em até 5 (cinco) dias úteis, apontando as devidas correções no documento, ficando a CONTRATADA responsável por ajustar o plano em até 7 (sete) dias úteis, conforme as alterações apontadas pelo CONTRATANTE;
 - 1.4.1.3. Ficará a critério do CONTRATANTE definir o horário de instalação e configuração dos equipamentos, podendo tais procedimentos ser executados em feriados, fins de semana ou horário noturno e desde que previamente autorizados pela Administração;
 - 1.4.1.4. Os serviços de instalação, configuração e implementação presentes no plano detalhado de implantação deverão ser executados de acordo com as seguintes características, conforme as necessidades do CONTRATANTE:
 - 1.4.1.5. Ativação de módulos de interface, de acordo com projeto de demandas da CONTRATANTE;



1.4.1.6. Realizar as configurações de todas as funcionalidades constantes desse documento de acordo com as necessidades e requerimento do CONTRATANTE.

1.4.2. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE a conclusão da instalação dos equipamentos e entregar toda a documentação técnica ("as built"), que, por sua vez, deve contemplar todas as informações constantes do plano detalhado de implantação, juntamente com os ajustes que se mostraram necessários quando da instalação;

2. REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE

2.1. A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir rigorosamente as normas de segurança física e da informação do CONTRATANTE.

2.2. A CONTRATADA deverá se comprometer a manter no mais estrito sigilo sobre todos os dados, configurações, processos, informações, fórmulas e rotinas de que venha a tomar conhecimento no exercício das atividades relativas à execução do contrato.

2.3. A CONTRATADA compromete-se ainda a não copiar, usar em seu próprio benefício, revelar ou mostrar a terceiros ou divulgar tais informações, no Brasil ou no exterior, sob as penas da Lei.

2.4. Terão acesso às informações apenas os técnicos e prepostos devidamente autorizados, cujo conhecimento e avaliação sejam necessários e apropriados aos propósitos especificados em contrato.

2.5. O CONTRATANTE disponibilizará, após solicitação da CONTRATADA e antes do início dos serviços, os normativos e metodologias de natureza sensível que considere essenciais à execução dos serviços.

Bm.
033

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO

Item	Mat./Ser.	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário
1	Serviço	Taxa de Instalação	Und	1	
2	Serviço	Pacote Básico	Und	10	
3	Serviço	Aparelho Telefônico IP com Fonte	Und	10	
4	Serviço	Assinatura Ramal DDR	Und	10	
5	Serviço	Portabilidade de Ramal	Und	10	
6	Serviço	Ligações Locais Fixo-Fixo	Und	2000	
7	Serviço	Ligações Locais Fixo-Móvel	Und	1000	
8	Serviço	Ligações LDN Fixo-Fixo	Und	1000	
9	Serviço	Ligações LDN Fixo-Móvel	Und	500	
10	Serviço	Ligações Internacionais FF G1**	Und	12,5	
11	Serviço	Ligações Internacionais FF G2**	Und	12,5	
12	Serviço	Ligações Internacionais FM G1	Und	12,5	
13	Serviço	Ligações Internacionais FM G2	Und	50	
14	Serviço	Link de Internet velocidade 90Mb	Und	1	
Valor Mensal					
Valor Anual					

** LDI: Grupo I = EUA (incluindo Alaska e Havai), Canadá, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, Portugal, Açores, Ilha da Madeira, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça, México, Austrália, China e Japão.

Grupo II: Outros Países

Valor total da proposta R\$ _____ (_____) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;

- Prazo de entrega dos serviços: de acordo com o cronograma de execução do TR

- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);

- Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente);

- Declaramos que os serviços a serem executados serão em conformidade ao estabelecido no Termo de Referência.

- Declaramos ainda, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ANEXO A DA PROPOSTA: Catálogos ou prospectos do material, licenciamento e serviço com descrição detalhada de cada item ofertado.

Nome, Cargo e Identidade do Representante da Empresa

B700
034

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

Contrato:				
Mês de Apuração:				
Item	Descrição da Ocorrência	Quantidade No Mês	Desconto Por Ocorrência	Subtotal
1	Não realizar a implantação no prazo definido neste TR.		0,3 ponto	
2	Não executar o objeto de forma correta. Ocorrer falhas nas ligações telefônicas.		0,3 ponto	
3	Não apresentar, de forma como disposto neste TR, o faturamento.		0,3 ponto	
4	Não apresentar relatório de utilização e consumo.		0,4 ponto	
5			0,5 ponto	
6			0,5 ponto	
7			0,5 ponto	
8			1,0 ponto	
9			2,0 pontos	
10			3,0 pontos	
Σ PONTOS PERDIDOS NO MÊS				

Bmo
035

ASSINATURA E APROVAÇÃO

Ciente e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência
TR-MODELO_V0.2_INTERNET_LINHA TELEFÔNICA_REV.0.02,

elaborado por: BRUNO DE ALCANTARA.

Data: 30/03/2021

[Redacted Signature]

Bruno Pereira de Alcantara
Mat. 9002954-2
SIAPE 2340944

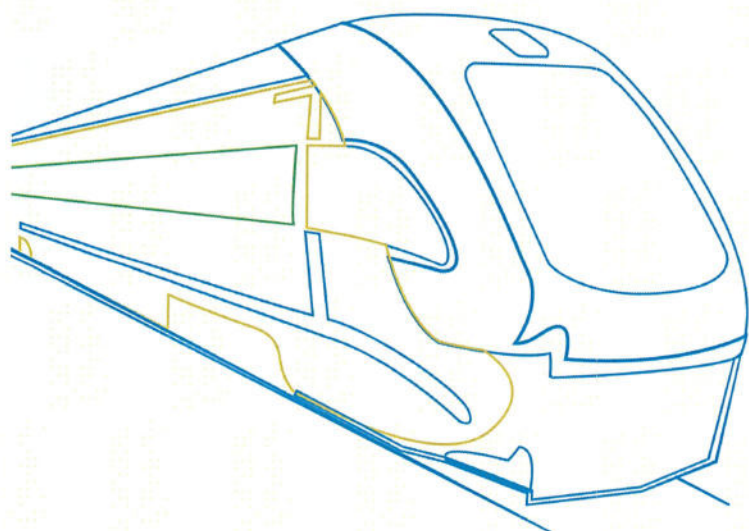
[Redacted Signature]

RODRIGO DE MENDONÇA OLIVEIRA

Gerente Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Rodrigo de Mendonça Oliveira
Gerente Técnico
Tecnologia da Informação
Mat. 9002954-2

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

CLARO S/A

Rua Henri Dunant, 780 Torre A e B
 Santo Amaro - CEP: 04709-110
 São Paulo, SP - Brasil
 CNPJ: 40.432.544/0001-47
 Inscrição Estadual: 114.814.878.119
 Inscrição Municipal: 2.498.616-0
www.claro.com.br

ClaroEmpresas



047
BMO

À Companhia Brasileira de Trens Urbanos**Ref: Proposta de preços****Prezados Senhores,**

Registrando os mais estimados respeitos a esta Ilma. Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a CLARO S.A., sociedade por ações, com sede Rua Henri Dunant, 780 Torre A e B - Santo Amaro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, prestadora do Serviço Móvel Pessoal - SMP, de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM e do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Internacional, em todo território nacional, doravante denominada simplesmente CLARO, vem respeitosamente apresentar resposta ao pedido de cotação para Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação e comunicação, ou em telecomunicações, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, para fornecimento e implantação de serviço corporativo de telefonia fixa comutada (STFC) baseado na tecnologia de Voz sobre IP - VoIP (Voice over Internet Protocol), com disponibilização de linhas e aparelhos telefônicos IP, com viabilidade técnica para DDR via central PABX em nuvem, realização de portabilidade da numeração existente e implantação de link de internet banda larga dedicado:

Item	Material/serviço	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Mensal
1	Serviço	Taxa de Instalação	Unidade	1	R\$ 2.020,20	R\$ 2.020,20
2	Serviço	Pacote Básico / Aparelho Telefônico IP com Fonte	Unidade	10	R\$ 60,61	R\$ 606,10
3	Serviço	Relatórios	Unidade	10	R\$ 2,02	R\$ 20,20
4	Serviço	Assinatura Ramal DDR	Unidade	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	Serviço	Portabilidade de Ramal	Unidade	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Serviço	Ligações Locais Fixo-Fixo	Unidade	2000	R\$ 0,19	R\$ 380,00
7	Serviço	Ligações Locais Fixo-Móvel	Unidade	1000	R\$ 1,93	R\$ 1.930,00
8	Serviço	Ligações LDN Fixo-Fixo	Unidade	1000	R\$ 0,80	R\$ 800,00
9	Serviço	Ligações LDN Fixo-Móvel	Unidade	500	R\$ 2,14	R\$ 1.070,00
10	Serviço	Ligações Internacionais FF G1**	Unidade	12,5	R\$ 1,99	R\$ 24,88
11	Serviço	Ligações Internacionais FF G2**	Unidade	12,5	R\$ 13,62	R\$ 170,25
12	Serviço	Ligações Internacionais FM G1	Unidade	12,5	R\$ 2,90	R\$ 36,25
13	Serviço	Ligações Internacionais FM G2	Unidade	50	R\$ 20,61	R\$ 1.030,50
14	Serviço	Link de Internet velocidade 90Mb*	Unidade	1	R\$ 2.790,99	R\$ 2.790,99

1ª mensalidade	R\$ 10.879,37
Total Mensal	R\$ 8.859,17
Total Anual	R\$ 108.330,24

*Link de acesso à internet com as mesmas configurações já instaladas atualmente.

** LDI: Grupo I = EUA (incluindo Alaska e Havai), Canadá, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, Portugal, Açores, Ilha da Madeira, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça, México, Austrália, China e Japão.
 Grupo II: Outros Países

CLARO S/A

Rua Henri Dunant, 780 Torre A e B
Santo Amaro – CEP: 04709-110
São Paulo, SP – Brasil
CNPJ: 40.432.544/0001-47
Inscrição Estadual: 114.814.878.119
Inscrição Municipal: 2.498.616-0
www.claro.com.br

ClaroEmpresas



048
Bmw

Valor total da proposta R\$ R\$ 108.330,24 (cento e oito mil trezentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;

- Prazo de entrega dos serviços: de acordo com o cronograma de execução do TR.

DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social: CLARO S/A

CNPJ: 40.432.544/0001-47

IE: 14.814.878.119

IM: 2.498.616-0

Endereço: Rua Henri Dunant nº 780 – Torre A/Torre B CEP: 04.709-110 – Santo Amaro, SP – Brasil

Telefone: 21-2121-9635 / 21-99339 5155

DADOS BANCÁRIOS

Razão Social: Claro S/A

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Banco: Bradesco

Agência: 2372

Conta: 33.804-4

- Declaramos que os serviços a serem executados serão em conformidade ao estabelecido no Termo de Referência.

- Declaramos ainda, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

A referida proposta possui validade de 60 dias.

Por fim, gostaríamos de reforçar que envidamos todos os esforços com objetivo de melhor atender as necessidades desta Ilma. Administração, com presteza, confirmando a excelência de nossos serviços.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2021.

[Redacted Signature]

Livia da Mota Uzer Lima
CLARO S/A